

**"NÓS TEMOS A  
POLÍCIA MAIS  
EFICIENTE E  
PROFISSIONAL  
DO MUNDO"**

DR. CLÁUDIO MARQUES ROLIN E SILVA  
DELEGADO DE POLÍCIA DO PARANÁ  
PÁG. 5



## AINDA NESTA EDIÇÃO

- ALÔ DO PRESIDENTE  
PÁGINA 2
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL DISCUTE  
UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIL E  
MILITAR NO BRASIL
- CCJ APROVA NOVAS REGRAS PARA  
UNIFORMIZAR BOLETINS  
DE OCORRÊNCIA  
PÁGINA 3
- DIRETOR É AGRACIADO COM TROFÉU  
"TANCREDO NEVES"
- LEI QUE CRIA SISTEMA ÚNICO DE  
SEGURANÇA É SANCIONADA  
PÁGINA 4
- PRESIDENTE DO SIDEPOL-PR  
APRESENTA "PLANO NACIONAL DE  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS  
POLÍCIAS JUDICIÁRIAS"  
PÁGINA 5
- DEIXAM SAUDADES  
PÁGINA 8



**Dr. Mário José Correia Santos**  
Presidente da Adepol-MG

# *Alô, do presidente*

Dentre outras proibições, à Adepol-MG é vedada, direta ou indiretamente, a manifestação político-partidária, ressalvada a hipótese de a motivação atender aos interesses e finalidades da Entidade, a juízo da Diretoria.

Nessa linha de conduta, todos os que aqui labutam, em prol dos associados, têm sido fiéis defensores da norma, que declaram conhecer. Contudo, não ficam impedidos, e nem poderia ser diferente, de observarem o que se passa a nossa volta e no país, relativamente às questões de tal ordem. Assim, quanto ao atual governo, tem-nos sido possível algumas observações, tais como:

Eleito em primeiro turno, o governador que aí ainda está, a julgar pelo que fizera na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, gerou esperanças. Mas...

Empossado, cuidou logo de criar cargos e secretarias para abrigar os amigos não eleitos, passando a maldizer o governo que sucedera. Isso mesmo, que sucedera; não substituiu.

Maldizendo as finanças, que alegava tê-las encontrado em desordem e escassas, passou a atrasar o pagamento dos vencimentos e/ou proventos dos servidores e de pensionistas, fatiando-o em escalas que, por ele mesmo fixadas, nem sempre foram cumpridas.

Por malfeitos a ele atribuídos, viu-se denunciado por crimes, em tese cometidos, ensejando até manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF), em cuja porta batera para alegar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), para processá-lo, dependeria de autorização da Assembleia Legislativa, o que sabia ser desnecessário.

Naleiquetrazaestruturaorgânicadaadministraçãopública do Poder Executivo (Lei nº 22.257, de 27/07/2016), vetou o art. 191 – que daria a outras instituições a possibilidade de elaborar o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), para depois admitir, passivamente, embora tivesse maioria na Assembleia Legislativa, à rejeição ao veto, aliás o único dentre as dezenas examinadas naquele 8 de dezembro de 2016.

Depois, ao prestar informações acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.637, a Advocacia-Geral do Estado (AGE), que se pusera favorável ao veto, posicionou-se contrariamente à Ação, que aguarda ainda julgamento no STF.

Mas o saco de maldades, em nosso desfavor, não pararia por aí. Ao contrário. Em menos de três anos e meio de governo, foram três os chefes da Polícia; quatro na Chefia Adjunta e quatro na Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária (antiga Superintendência-Geral) e, pasmem, oito na direção do DETRAN.

Ainda sobre o pagamento dos vencimentos e/ou proventos, para os servidores e para pensionistas, como se não bastasse o atraso e o fatiamento, “categorias” foram criadas, ensejando datas as mais diversas, privilegiando alguns.

E falando em privilégio, que o diga o titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Dr. Helvécio Miranda de Magalhães Júnior, que, recebendo, ao que consta, mais que o próprio governador, não se sujeita sequer ao teto constitucional (R\$ 30.471,10, no Executivo).

Mais que isso, consoante publicações inseridas em jornais de grande circulação no país, recebe vultosos jetons da Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação de Minas Gerais), do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e da Cemig (Companhia Elétrica de Minas Gerais), além do que percebe como servidor da Prefeitura Municipal, e, ainda, como Secretário de Estado.

Tudo isso, em rápidas pinceladas, demonstra o quanto é importante o acompanhamento, e, por conseguinte, nossa participação nas eleições deste ano. Não deve o associado, mesmo aquele desobrigado do voto, deixar de examinar as propostas e a fala dos candidatos.

Então, que as lutas na busca de conquistas para a classe, que sempre nos nortearam, não nos deixem esmorecer agora, jamais.

E como vêm aí as eleições, vote livre, vote consciente.

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL DISCUTE UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR NO BRASIL

A Adepol-MG, representada pelo vice-presidente, Dr. Edson José Pereira, participou do Seminário Internacional que discutiu a unificação das Polícias no Brasil. O Seminário, realizado na Câmara dos Deputados em Brasília, foi uma iniciativa do Deputado Federal Dr. Edson Moreira (PR-MG) e contou com a presença de representantes das polícias da Alemanha, Áustria, França e Chile que falaram das

experiências de incorporação das forças de segurança, da possibilidade de convivência harmônica entre as corporações e dos resultados obtidos com a unificação. O presidente da comissão especial, deputado Delegado Edson Moreira, considera um “sucesso” a experiência dos outros países. Outros encontros serão marcados para dar prosseguimento na discussão.



## CCJ APROVA NOVAS REGRAS PARA UNIFORMIZAR BOLETINS DE OCORRÊNCIA

Fonte: Agência Senado

O Brasil pode ter regras e critérios para uniformizar o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública. A medida está em projeto de lei (PLS 227/2012) do senador Armando Monteiro (PTB-PE), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Entre as mudanças sugeridas, está a descentralização do registro de ocorrências. Assim, os boletins passariam a ser lavrados não apenas pelo delegado de polícia,

mas também por policiais militares e rodoviários ou até mesmo pelo militar das Forças Armadas em missão de garantia da lei e da ordem.

Outras mudanças formuladas no projeto estabelecem que o registro da ocorrência no boletim deve se limitar à simples descrição do fato; eliminam a obrigatoriedade de as guardas municipais também confeccionarem o boletim de ocorrência; e suprimem a exigência de um numerador único de boletins de ocorrência a ser compartilhado, eletronicamente, entre os órgãos policiais federais, estaduais e do Distrito Federal e com o Ministério Público.

# DIRETOR É AGRACIADO COM TROFÉU “TANCREDO NEVES”

José Antonio de MORAES, 1º Diretor-Secretário da Adepol-MG, foi agraciado, pelo jornal “Edição do Brasil”, com o Troféu “Tancredo Neves”, versão 2018.

A honraria foi entregue no dia 18 de junho no Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Adepol-MG parabeniza o Dr. Moraes por essa honraria, orgulhosa de tê-lo como membro da diretoria.



## LEI QUE CRIA SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA É SANCIONADA

Fonte: Agência Câmara

O presidente Michel Temer sancionou o projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp - Lei 13675/18). O objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais. Serão repassados recursos da União aos demais entes federativos, mediante contrapartidas, como metas de redução da criminalidade e produção de base de dados.

Os recursos para o sistema sairão da arrecadação das loterias. Para este ano, serão R\$ 800 milhões apenas desta fonte. A estimativa do governo é que, em 2022, os recursos vindos de loterias cheguem a R\$ 4,3 bilhões. O Susp foi aprovado na Câmara em abril deste ano (PL 3734/12, do Executivo).

### O Susp

De autoria do Executivo, a proposta estabelece princípios e diretrizes dos órgãos de segurança e prevê proteção aos direitos humanos e fundamentais; promoção da

cidadania e da dignidade do cidadão; resolução pacífica de conflitos; uso proporcional da força; eficiência na prevenção e repressão das infrações penais; eficiência nas ações de prevenção e redução de desastres e participação comunitária.

Entre as principais linhas de ação do sistema estão a unificação dos conteúdos dos cursos de formação e aperfeiçoamento de policiais, a integração dos órgãos e instituições de segurança pública, além do uso de métodos e processos científicos em investigações.

Entre as mudanças de procedimento, o texto estabelece a criação de uma unidade de registro de ocorrência policial, além de procedimentos de apuração e o uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos. O projeto diz ainda que o Ministério da Segurança Pública fixará, anualmente, metas de desempenho e usará indicadores para avaliar os resultados das operações.

# PRESIDENTE DO SIDEPOL-PR APRESENTA “PLANO NACIONAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS”

Com a sala de eventos do Hotel Beagá Convention Expominas lotada, o Delegado de Polícia e Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná, Dr. Cláudio Marques Rolin e Silva, apresentou para os colegas de classe, os sete eixos direcionadores do seu “Plano Orientador Nacional – Planejamento Estratégico das Polícias Judiciárias”. A palestra foi organizada pela Adepol-MG e contou com a presença e o apoio de vários delegados associados, membros da atual diretoria da entidade e do Conselho Superior da PCMG.

O palestrante, que é também Coordenador-Geral da Comissão de Direitos Humanos Irmãos Naves e autor do livro “Operação Sepulcros Caiados I – Desvendando a ‘face oculta’ do Ministério Público Brasileiro”, tem relevantes serviços prestados à Instituição Polícia Civil, pela qual luta diuturna e incansavelmente.

Em entrevista exclusiva para o “Informativo”, Dr. Cláudio falou sobre vários assuntos relacionados à segurança pública. Confira:

## **1- O que da sua experiência prática em sua carreira adquirida tanto nas Forças Armadas, quanto nas Polícias Militar e Civil, você trouxe para esse Plano Orientador Nacional das Polícias Judiciárias?**

*Conhecendo a estrutura, a missão de cada instituição, tudo que eu aprendi no corpo de fuzileiros navais, no batalhão de operações especiais, essa questão de planejamento de operações, a nossa experiência do que é um policial das forças especiais, o contato com os policiais das três forças, contribuiu para que eu tivesse uma visão do todo do que é a necessidade das nossas polícias hoje. O intuito desse Plano Orientador é capacitar a mente do policial, fazer com que ele acredite que é capaz de fazer coisas que ele imagina que seriam impossíveis. A gente até brinca: nossa missão é fácil, é fazer o impossível com perfeição. Então, o que nós trazemos nesse novo conceito de forças especiais, dentro do Plano Orientador Nacional de Planejamento Estratégico é que todo policial ele tem que estar preparado, no seu devido nível, pra atuar em qualquer situação até que as*

*forças especiais cheguem no local. Ele não pode simplesmente seguir o protocolo, ele tem que estar preparado. Então a visão do planejamento estratégico, do plano orientador nacional, é fazer com que cada policial entenda que ele não pode ter o comportamento como se fosse um cidadão comum armado, ele tem que ser capacitado para agir nos piores cenários possíveis.*

## **2- Como surgiu a ideia de produzir esse Plano Estratégico? Quais são os principais objetivos dele?**

*As nossas polícias elas devem estar preparadas para se dedicarem à sua missão constitucional, especificamente sem se imiscuir em atribuições alheias. Eu digo sempre que o mecanismo de defesa de todo*





*incompetente é esquecer a sua missão e se imiscuir na missão alheia, porque na missão alheia você não tem compromisso com o resultado e quando você usurpa atribuições, você está procurando aumentar o seu poder de intimidação natural. A polícia é uma instituição que precisa ser rigorosamente fiscalizada, mas ela também não pode sofrer injustiças porque muitas vezes um policial é acusado injustamente, e é por isso que existe a Comissão de Direitos Humanos Irmãos Naves, justamente para defender direitos humanos de forma global, não só voltado especificamente para a pessoa do infrator.*

*O plano orientador nacional na verdade ele também serve para mostrar que a maioria das polícias judiciárias de todos os estados estão seguindo um caminho correto que é a questão da transparência, aumentar os níveis de controle pra evitar abusos contra o investigado e ao mesmo tempo proteger o nosso investigador, o nosso policial, de acusações infundadas. Porque se existe uma instituição que é extremamente vulnerável a acusações infundadas essa instituição se chama polícia judiciária. Então nós temos que fortalecer a corregedoria, ampliar ao extremo os níveis de proteção legal dos nossos policiais. A única garantia que um Delegado de Polícia necessita hoje é a garantia da inamovibilidade. Nós não precisamos de foro privilegiado vitalício, nós não precisamos de coisa alguma. Na verdade, isso que eles chamam de garantias são privilégios disfarçados, privilégios inadmissíveis.*

*Nós queremos nesse plano orientador nacional mostrar a necessidade de um novo modelo de autonomia financeira, que chamam de modelo de autonomia financeira restrita, ou seja, você tem autonomia financeira para investir em aquisição de equipamentos, de armamentos, de viaturas, de tudo aquilo que é voltado para atender a sociedade. Mas você não tem autonomia financeira para decidir os próprios salários, pra ficar inventando auxílios, porque todos são humanos, e as necessidades humanas em matéria financeira elas são insaciáveis, tem que se impor um limite.*

**3- Esse Plano Orientador Nacional criado por você tem sido levado de forma itinerante aos colegas de classe em diversas partes do país. Como você analisa o retorno obtido diante desse trabalho?**

*Tem sido muito bem recepcionado o Plano Orientador Nacional em todos os aspectos, inclusive na questão da valorização da carreira, do nosso investigador, do nosso escrivão, do nosso perito. Então nós temos que unir as nossas forças em benefício da sociedade. Fica muito bonito um discurso republicano do Ministério Público mas que na verdade ele só busca acumular atribuições para aumentar o poder de intimidação natural. Nós vivemos em um regime democrático, um regime de liberdade, e o que garante que o regime democrático funcione de forma adequada é justamente a divisão dos poderes e a divisão das atribuições. Quando você viola essa divisão de atribuições você coloca em risco o próprio estado de direito. Então essa troca de experiências também nos faz ver e repensar o nosso papel como Delegados de Polícia, como integrantes da polícia judiciária, cuja única missão constitucional é a busca da verdade.*

**4 - Atuando como Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná, o que você elencaria como sendo os maiores desafios do cargo e as maiores lutas da classe atualmente? E de que forma você acha que os sindicatos e as associações podem atuar juntos e somar forças nessa defesa das prerrogativas dos Delegados de Polícia e na obtenção de conquistas significativas?**

*Nós fazemos uma defesa da polícia judiciária muito tranquila, seja no Congresso Nacional, seja em qualquer ambiente que estivermos. Se nós formos comparar a estrutura que nos é ofertada, com o resultado que a polícia judiciária brasileira consegue apresentar no Brasil, nós temos a polícia mais eficiente e profissional do mundo. Com a pouca estrutura que nós temos, o que nós produzimos é algo fantástico. Eu duvido que qualquer outra polícia do mundo consiga produzir o que nós produzimos com a pouca estrutura que nos é dispensada.*



Nós sabemos a importância do nosso cargo para manter o Brasil como um dos países que têm o sistema de investigação processual mais seguro do mundo. Nós fazemos essa defesa com muita tranquilidade. Você não vê o Delegado de Polícia querendo fazer sentença, você não vê o Delegado de Polícia querendo oferecer denúncia, você não vê o Delegado de Polícia querendo usurpar atribuições de outras instituições. Pelo contrário, você vê o Delegado de Polícia o tempo inteiro defendendo a volta à Constituição, defendendo o respeito à Constituição. Porque hoje no Brasil nós temos uma Constituição elástica, que encolhe quando se trata de cidadãos comuns e policiais e estica de maneira fenomenal quando se trata do que eu chamo de 'máfia da toga'. Existem os bons juízes, os bons promotores? Sim, existe. Mas existe a banda podre que se vale da corrupção jurídica para obtenção dessas vantagens que os Delegados de Polícia nunca irão atrás. Tanto é que foi criado pelos Delegados de Polícia em 2014 um pacto pela legalidade, moralidade e cidadania. Se tivéssemos seguindo aquele pacto desde aquele tempo, a sociedade tivesse acordado, o Brasil não estaria nessa crise hoje.

Então é muito fácil hoje fazer a defesa da instituição polícia judiciária, porque eu digo: se existe uma instituição séria, íntegra e competente nesse país hoje que luta simplesmente para reestabelecer a normalidade constitucional, essa se chama polícia judiciária. As outras instituições tem um discurso bonito, aparentemente republicano, mas que só olha apenas para o próprio umbigo. Eu vejo até muitos oficiais buscando aí a questão de carreira jurídica, mas o sonho da carreira jurídica de alguns oficiais são os auxílios. E isso é inaceitável para a sociedade. Eu digo sempre que prefiro renunciar ao cargo de presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do que defender para os delegados o auxílio-alimentação, o auxílio-moradia e outros auxílios por aí. Isso é um absurdo! É inaceitável.

Como que você justifica um promotor de justiça receber 30 mil reais e receber um valor superior ao salário de um trabalhador como auxílio-alimentação. Isso é vergonhoso em todos os aspectos. Não estamos falando do salário do promotor, do salário do juiz. O que nós estamos falando é que não existe país no mundo que tenham autoridades que se beneficiem tanto com o dinheiro público alegando que 'se mexer no meu auxílio-alimentação vai atrapalhar o combate à corrupção'. Isso é inadmissível. Então essa modalidade de autonomia financeira que o Brasil inventou para o judiciário e para o Ministério Público está acabando com o nosso país. É isso que precisa ser mudado.



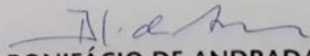
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 5 de junho de 2018.

Ilustre Presidente, Delegado Mário Correia Santos.

Com meus cordiais cumprimentos, acuso o recebimento de um exemplar do *Informativo ADEPOL-MG*, nº 64, cuja remessa agradeço, cumprimentando a Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais pela representatividade junto à categoria.

Com apreço,

  
BONIFÁCIO DE ANDRADA  
Deputado Federal

## RECADASTRAMENTO ANUAL: OBRIGATÓRIO PARA INATIVOS

A SEPLAG (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão) informou que não mais enviará a Carta de Convocação de Recadastramento Anual de Inativos e Pensionistas. Então, para se recadastrar, o servidor inativo ou pensionista deverá comparecer, pessoalmente, até o último dia útil do mês de seu aniversário, em qualquer agência do Banco do Brasil, para esse fim.

Para ter acesso ao Decreto estadual nº 43.833, de 07/07/2004, e rol de documentos necessários, acesse:

[www.portaldoservidor.mg.gov.br](http://www.portaldoservidor.mg.gov.br).

**RECADASTRE-SE!** Aquele que não o fizer, na forma do citado Decreto, terá seu pagamento retido no mês subsequente.

## DEIXAM SAUDADES

A Adepol-MG comunica, com pesar, o falecimento dos Delegado, Dr. Altamirando Araújo (88 anos), no dia 29 de abril, e Dr. José Francisco Chinellato (66 anos), no dia 21 de junho. Externamos nossos sentimentos às famílias e aos colegas enlutados.